

IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: PROPOSIÇÃO

TEORIAS VICÁRIAS E INVERSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DA
ARQUITETURA E URBANISMO: DE TEORIAS SEM PRÁTICAS A...

AUTOR: FREDERICO FLÓSCULO PINHEIRO BARRETO
Arquiteto e Urbanista, Doutor em Processos do Desenvolvimento Humano
e Saúde, Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de Brasília

RESUMO

O artigo define *teoria vicária* como pressupostos apresentados de forma sistematizada que visam postergar, desviar a atenção, dissimular questões cruciais, manipulando a opinião pública e as ações de governos, instituições, organizações comunitárias, entre outras entidades, assim como são usados como recurso intelectual na redução da dissonância entre as ações ou omissões políticas, de um lado, e do outro a consciência que um grupo intelectual de importância, como os arquitetos, tem sobre sérias questões colocadas a seu campo de responsabilidade profissional. A teorização vicária pode ser fluente em um tempo repleto de incertezas e ambigüidades, com um fluxo rápido, trepidante, de mudanças políticas, científicas, econômicas, e nas estruturas sociais, onde um padrão de desintegração ou fragmentação da herança intelectual predomina, como resultado do processo de globalização, hegemônico, violento. A análise das ações profissionais deve ser relacionada às principais idéias presentes no discurso e nas ações no âmbito das políticas públicas, revelando fortes associações entre ideologias projetuais, como o desenho urbano, e o conservadorismo político; a formação de arquitetos e o escapismo acadêmico; a indulgência doutoral e a desordem urbana. O autor propõe a retomada do diálogo multidisciplinar entre a arquitetura, o urbanismo, a geografia, as ciências ambientais, a sociologia, a economia, a psicologia, entre outras, de modo a reconstruir a integridade da ação política dos arquitetos, tal como almejado desde o movimento modernista, mas como algo inevitável, se considerarmos a crise ambiental global que já está no horizonte do futuro próximo de nossas sociedades.

Palavras-chave: teoria, prática, política, proposição.

ABSTRACT

The article defines *vicarious theory* as systematized statements produced in order to postpone, conceal or disguise nontrivial issues from the public, institutional agenda of governments, universities, community organizations, etc., as well as an intellectual resource which is intended to reduce the considerable dissonance between political actions or omissions and the awareness that an important intellectual group – as the architects – has about serious issues concerning its own field of professional concern. Vicarious theorization abounds in a time full of uncertainties and ambiguities, struck by a swift, blustering flow of changes in politics, science, economy, social structures, where patterns of disintegration or fragmentation of an intellectual heritage dominate as a result of the violent, overcoming globalizing process. The analysis of the professional actions must be linked to the main ideas embedded in the architectural discourse and its pliant endeavor in public urban policies, in order to reveal some strong associations among contemporary design ideologies like urban design and political conservatism; architectural education and academic escapism; doctoral indulgence and urban disorder. The author proposes the rehabilitation of the multidisciplinary dialogue among architecture, urbanism, geography, environmental sciences, sociology, economy, psychology, and others, in order to reconstruct the integrity of architectural political action, as aimed by the modernist movement – but unavoidable as an environmental, global crisis looms over the future of our societies.

Keywords: theory, practice, politics, proposition.

RESUMEN

El artículo define la teoría indirecta, tal como los presupuestos presentados de una forma sistemática que pretenden postergar, desviar la atención, ocultar cuestiones cruciales, manipulando la opinión pública y las acciones del gobierno, instituciones, organizaciones comunitarias, y otras entidades, así como son usados como un recurso intelectual para la reducción de la disonancia entre las acciones o errores políticos, de un lado y del otro la conciencia de un grupo de intelectuales importantes, como los arquitectos, que tienen serias dudas referentes a su dominio y responsabilidad profesional. La teoría indirecta puede ser fluyente en un tiempo lleno de incertidumbres y ambigüedades, con un flujo rápido tembloroso, de cambios políticos, científicos, económicos, y en las estructuras sociales, en donde un modelo predominante de patrimonio intelectual se encuentra desintegrado o fragmentado, como resultado de un proceso violento de superación global. El análisis de las actividades profesionales deben estar vinculadas a las principales ideas presentes en el discurso y las acciones en el contexto de la política pública, mostrando una estrecha relación entre las ideologías del proyecto, como el diseño urbano, y el conservadurismo político, la formación del arquitecto y la evasión académica, la indulgencia al doctorado y el desorden urbano. El autor propone la reanudación del diálogo entre la arquitectura multidisciplinaria, el urbanismo, la geografía, las ciencias ambientales, la sociología, la economía, la psicología, entre otros, para reconstruir la integridad de la acción política de los arquitectos, como lo anhelaba ya el movimiento modernista, pero como algo inevitable, teniendo en cuenta la crisis mundial del medio ambiente que ya está presente en el horizonte futuro de nuestras sociedades.

Palabras-llave: teoría, práctica, política, proposición.

TEORIAS VICÁRIAS E INVERSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DA ARQUITETURA E URBANISMO: DE TEORIAS SEM PRÁTICA A...

VICARIATO TEÓRICO

Os arquitetos se reinventaram ao longo do século 20, sobretudo ao propor e assumir um papel público de liderança nas transformações do ambiente construído, enfeixando um amplo debate sobre o futuro das cidades e da civilização urbana, e fazendo proposições que tocam toda a organização da vida urbana presente. Esse papel é, talvez, o mais abrangente dos legados do chamado movimento modernista, mais que qualquer conjunto particular de obras. Contudo, num mundo que se transforma através dos recursos tecnológicos e do progresso da ciência, os arquitetos têm revelado uma enorme variabilidade quanto às modalidades que esse novo papel veio a assumir, até os dias atuais – e há um “futuro” a considerar, digamos, para o papel público do arquiteto na sociedade globalizada. Não estamos considerando o efeito cumulativo de nossas próprias realizações, de nosso próprio prestígio, é a consideração básica proposta na presente discussão. Na verdade, subestimamos amplamente a nossa capacidade de mudança, e temos “encolhido” no cenário do debate público, sobretudo nas suas dimensões políticas e sociais, nas décadas derradeiras do século 20, e chegamos ao final da primeira década do século 21 como uma nova espécie de intelectuais que se auto-limitaram, e escolheram caminhos introvertidos, caracterizados por estágios de ambíguo isolamento. Uma avaliação dos vários tipos de contradições entre teoria e prática da arquitetura deve ser empreendida, como contribuição a uma “teoria da prática” no melhor sentido dado ao termo por BOURDIEU (1966, 1984b). Mas para chegar a uma teoria da prática é fundamental, defendemos aqui, o exame de pelo menos um fenômeno intelectual: o vicariato teórico (e, por conseqüência, político e profissional).

Por teoria vicária, provocativamente, significa-se (a) o conjunto de pressupostos que nascem em um contexto (como teorias sobre “centros e periferias” no cenário cultural, econômico, político mundial, geradas nos centros de maior influência), mas que são assumidos em outros contextos, de forma a-crítica e desajustada, aprofundando a tensão na relação entre “centros e periferias”; (b) o conjunto de pressupostos que é usado pelos intelectuais e lideranças profissionais para reduzir a dissonância entre sua expectativa de ação sobre a realidade (sobre a qual teriam significativa capacidade de alterar, dadas o seu *status* e as posições de poder que ocupam) e seus padrões de (in)ação; (c) o conjunto de pressupostos que são precariamente forjados para substituir outros – como no caso da transição de uma situação de formação profissional num ambiente de “multidisciplinaridade” para um ambiente de “monodisciplinaridade”.

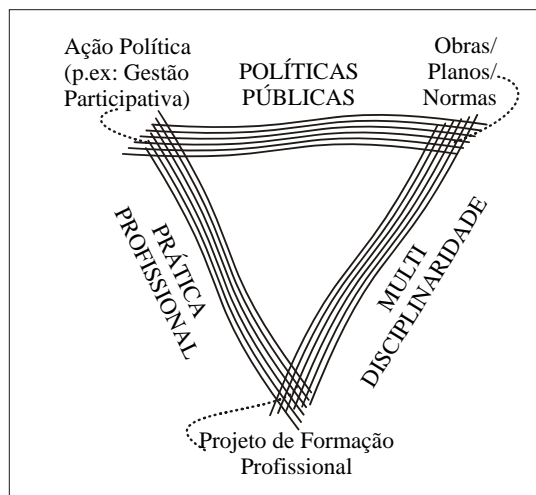


Fig.1 - O projeto de formação profissional de arquitetos e urbanistas não é mais referenciado pela realidade das políticas públicas e pela diversidade multidisciplinar. (Ilustração do Autor).

O EMPOBRECEDOR PROJETO DA MONODISCIPLINARIDADE: IMITAÇÃO E ATRASO

Esses três significados acabam por complementar-se, num jogo de mútua causação: (1) a deficiência na ação sobre a realidade aumenta o isolamento dessa elite intelectual e política e, cria uma desproporcional relevância das teorias fora de seu contexto, que aumenta ainda mais com a pobreza intelectual “monodisciplinar”; a fragilidade da “monodisciplinaridade” faz com que se torne precário – ou virtualmente se anule - o nível crítico com que se enfrenta cada fato novo na realidade, e aumente o consumo de explicações ao alcance dessa elite intelectual e política, mesmo que fora de contexto; (2) o consumo prolongado e indulgente de teorias fora de contexto acentua a quebra do ambiente de multidisciplinaridade, de convívio com outras áreas do conhecimento, com outras práticas políticas e profissionais, e tornam limitadas ou irrelevantes essas lideranças profissionais e intelectuais.

A monodisciplinaridade significa isolamento em vários sentidos, inclusive político. A discussão desse projeto é feita em termos da identificação de uma conduta deliberada, autoritária, anti-dialética, da atual geração de lideranças acadêmicas e profissionais dos arquitetos. Nossa incapacidade de enfrentar de forma explícita, direta, desgastante, os problemas colocados à nossa profissão tem nos levado a desenvolver “teorias vicárias”, explicações substitutivas, que acompanham e favorecem o encolhimento político e disciplinar da área da arquitetura. Evidentemente, “teorias” por si mesmas não representam os arquitetos e urbanistas, e não “agem”, por si mesmas: antes, são construções conceituais que usamos para justificar cursos de ação e padrões de inação que podem ser reconhecidos e devem ser estudados. Os arquitetos devem estudar os arquitetos, mas no contexto de nossas sociedades urbanas, de possíveis projetos de ação política e profissional.

VELHAS E INESQUECÍVEIS LIÇÕES: A TOMADA DE CONSCIÊNCIA MODERNISTA

A inserção do debate da arquitetura e urbanismo no “sistema do mundo” contemporâneo se apóia em notáveis precedentes de crítica de várias formas de alienação da prática profissional da arquitetura e urbanismo, feitas por autores tão diferentes como Carlos Nelson Ferreira dos SANTOS (1981a, 1981b, 1988), ou Sérgio FERRO (1980, 2006) – notáveis representantes de um pensamento não-conservador brasileiro -, ou renovadores da problematização do campo disciplinar que nos interessa, como Jacobs, Lynch, Alexander, entre outros. O campo disciplinar da arquitetura e urbanismo transformou-se extraordinariamente no último século, com o amplamente denominado “movimento modernista” em arquitetura e urbanismo. A arquitetura e urbanismo passaram a significar muitas coisas diferentes – talvez coisas diferentes *demais* – para a civilização urbana em acelerada integração mundial, ou em *globalização*.

Os grandes arquitetos do modernismo foram os principais pensadores desse novo papel do arquiteto, que herdamos, após a modernidade. Os arquitetos do século 20 tomaram a iniciativa de buscar associar seu trabalho à vanguarda da sociedade industrial, ao desenvolvimento das tecnologias da construção, dos transportes, das máquinas de morar e de ter diversão, informação, autonomia, em seus próprios termos. Uma das principais inovações introduzidas no papel dos arquitetos foi sua intenção de participar ativamente das políticas públicas, estruturadoras das ações dos governos nacionais e capazes de empreender boa parte das

mudanças sociais que levariam a um mundo melhor, em várias versões. Contudo, o “projeto de poder” dos pensadores modernistas, como Le Corbusier, Dioxiadis ou até mesmo Lúcio Costa, não contava com uma série de novas dimensões do papel dos arquitetos, como uma emergente espécie de grupo de interesses, portador de uma variedade de novas habilidades funções políticas e sociais, que altera de forma cada vez mais contundente – e enviesada por suas monumentais teorias vicárias acerca de si mesmos e do mundo que modificam – a realidade urbana.

TEORIAS DA ARQUITETURA E UMA CERTA “TEORIA DA PRÁTICA”

O teórico da arquitetura (e do *urban design*), Jon LANG (1987) coloca claramente a necessidade de duas categorias de teorias para a nossa área disciplinar:

- a) teorias substantivas.
- b) teorias de procedimentos.

As teorias substantivas do projeto articulam conhecimentos que permitem (i) descrever fenômenos associados ao projeto, (ii) oferecer explicações para esses fenômenos, (iii) fazer

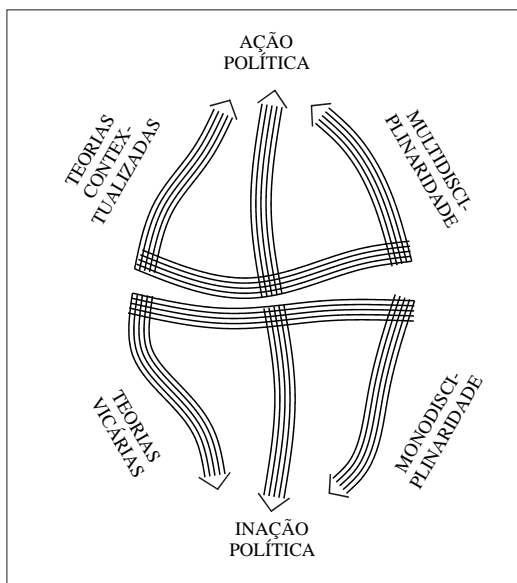


Fig.2 - Há uma direta associação entre a capacidade de arquitetos e urbanistas atuarem politicamente, em benefício do projeto de um “mundo melhor”, e a nossa capacidade de articulação com outras áreas disciplinares, e a nossa capacidade de gerar teorias para a ação política. (Ilustração do Autor).

previsões sobre estados futuros dos fenômenos conhecidos, como objetivos do projeto (iv) agir, controlar ou influenciar os fenômenos conhecidos, de forma a alterar aspectos ou desempenhos relacionados ao projeto. As teorias de procedimentos dizem respeito ao modo de agir, especialmente no caso das condutas projetuais, de forma a que os projetistas tenham controle sobre as suas concepções. Contudo, Lang não propõe o estudo dos efeitos que o uso dessas teorias implica sobre o mundo, por um grupo especialmente auto-consciente das transformações que impõe. *Especialmente* auto-consciente não significa *inteiramente* auto-consciente, ou sequer *praticamente* auto-consciente. O movimento modernista criou enorme expectativa intelectual e prática acerca da capacidade transformadora do mundo moderno, que se mantém intacta até os dias de hoje, e sustenta a grandiloquência de pensadores (ainda que não se admitam assim) como Paolo Portoghesi, Peter Eisenman ou Rem Koolhaas, acerca das cidades contemporâneas – e de seu futuro. Esquemas “positivistas” como os de Lang ou amplamente “interpretativos” como os dos pensadores pós-modernistas deixam claro que uma abordagem dos arquitetos como agentes de transformação que já atingiram posições de poder na “sociedade mundial”, e que replicam esses papéis nas sociedades urbanas “locais”, é necessária para que possamos compreender a impossibilidade de separação de teoria e prática da arquitetura, na atualidade.

Também é evidente que, de forma consciente, que busca ser elucidadora, aberta ao debate, o ponto de vista defendido aqui tem como referência posições teóricas recolhidas desde BOURDIEU (1984a, 1984b), acerca de uma “teoria da prática”, de engajamento político dos intelectuais que possuem treinamento que os torna aptos a formas especiais de ações transformadoras. Contudo, é necessário examinar os vieses da produção teórica que usa subterfúgios para participar dos jogos de poder em nossas maiores cidades (em teorias vicárias que são, por sua vez usadas como instrumentos para a promoção dos interesses dos grupos mais poderosos nesse jogo político e econômico). Deve-se reconhecer também a inovadora contribuição de Garry STEVENS (2002), quando expõe os jogos sociais dos arquitetos, na construção de suas carreiras, reputações, auto-imagens e, sobretudo, interpretações de suas realizações no contexto de suas cidades e sociedades. Evidentemente, esses jogos de poder são comuns a todas as profissões, mas não há como reconhecer um modelo universal de construção dos círculos de poder profissional, nem tampouco do “fabulário” que cria essas arquiteturas especiais, das complexas e poderosas auto-imagens que são produzidas pelas profissões e seus praticantes, coletivamente.

A NEGOCIAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL, DESDE A ELITE DOS ARQUITETOS DO PLANETA

Os deslocamentos dos pontos de vista entre um “centro” reitor do processo de pensamento sobre uma área vital para o desenvolvimento humano, e suas “periferias” têm, evidentemente, uma ampla variedade de precedentes, como na discussão do conceito de *hegemonia, vanguarda, dominação* (GRAMSCI, 1985), de *indústria cultural* (ADORNO e HORKHEIMER, 1947), *dependência* (BARAN, 1952; GUNDER-FRANK, 1995) ou mesmo *aparato cultural* (FOUCAULT, 2008). As teorias vicárias são uma forma de justificar o próprio atraso teórico da elite intelectual ociosa e auto-indulgente, mas ciosa de seus privilégios e prioridades. Pior, são usadas para ocupar o espaço destinado ao pensamento crítico acerca das contradições sociais e políticas no campo da prática da arquitetura e urbanismo, com o recurso a fragmentos de uma diversidade de discursos deslocados, nascidos de forma apropriada para o debate de problemas em contextos bem diversos dos que, afinal, são aplicadas. Não são apenas “vicárias”, substitutivas: são destrutivas da memória e da presença dos melhores veios do pensamento crítico brasileiro no campo da arquitetura e urbanismo, assim como em outros campos de nossa vida intelectual e política. Não são teorias impostas, mas segregadas por uma atitude elitista, que precisa justificar-se e legitimar-se em face do processo de globalização, que aprofunda as contradições já empedradas no estamento de direção de nossa sociedade.

Esses deslocamentos chegam a ser perversos, dado o despertar da auto-consciência dos arquitetos desde o movimento modernista que perpassou o século 20. Dentre os aspectos positivos do modernismo “heróico” do século passado está a assunção, pelos arquitetos e urbanistas, de um papel de responsabilidade “global”, como artífices de uma obra em andamento, de uma civilização planetária. Como se sabe, essa visão apresentou sérios problemas quanto à consciência integral dessa responsabilidade dos arquitetos e urbanistas, sobretudo no nível local, das culturas locais, do contexto de cada povo, de cada cidade, de cada comunidade (ALEXANDER e cols., 1977; LANG, 1987).

O QUE NOSSOS OLHOS NÃO VÊEM: VER-NOS COM OLHOS ALHEIOS

Como exemplo preliminar, coloca-se para o debate que uma conspícua manifestação da postura teórica que leva ao *vicariato* teórico é a ocorrência de políticas de defesa – e de denúncias contra a depredação – do patrimônio histórico e arquitetônico, natural e ambiental (na escala das transformações ambientais feitas pela civilização brasileira em seu território) feitas a partir de pontos de vista “externos”, elaborados por autoridades estrangeiras, com olhar estrangeiro, com vieses estrangeiros sobre os valores a defender e os agravos a combater. A elite intelectual brasileira parece esfacelada, incapaz de comandar um processo de fortalecimento de nossa própria matriz cultural. O período de retomada da democracia vivido até agora (1985-2009) já maior que o período de ditadura militar (1964-1985), e parece haver uma persistente convergência de fatores de desinteligência, que nos fragiliza intelectualmente, ainda que a economia cresça e de fortaleça, sem que haja avanço semelhante na produção arquitetônica e no projeto urbano, no período democrático. A parte mais relevante de nossa produção atual ainda é resultado do trabalho de representantes das gerações cujo período de formação precede a ditadura militar. No caso de Brasília, cujos problemas atuais são exemplares dessa falta de orientação de nossa elite intelectual do presente, da perda de um “senso de projeto público”, da falta de envergadura dos debatedores responsáveis pelo debate de “civilização brasileira”. Achamos, arquitetos e urbanistas brasileiros, que temos “as mãos limpas” diante do quadro de agravamento da violência urbana, das diferenças sociais profundas, dos retrocessos nos padrões de vida pública. Não temos. A discussão que propomos aqui coloca que os arquitetos devem admitir, ainda que precariamente, que somos parte do problema urbano brasileiro. Essa admissão é condição para que nossa geração encontre novos caminhos para a civilização brasileira. Esse é um momento para “pensar grande”.

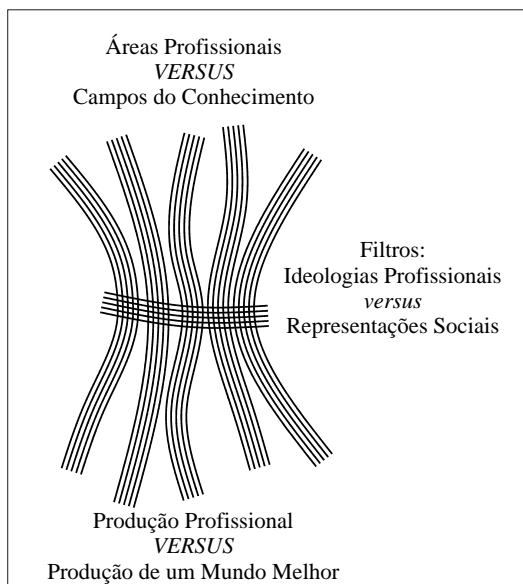


Fig.3 - O movimento modernista “inventou” o arquiteto auto-consciente, responsável por determinadas qualidades do mundo feito pelo homem. O que nossa geração tem feito quanto ao “projeto de auto-consciência” da arquitetura? (Ilustração do Autor).

Imagina-se aqui um antiquado modelo de equilíbrio dinâmico entre a informação que absorvemos e a informação que produzimos. Nesse modelo imaginário, estaríamos neste momento em severo desequilíbrio, pois simplesmente copiamos do estrangeiro a maior parte das inovações que são incorporadas em nossa arquitetura, na construção dos ambientes urbanos que abrigam a nossa classe dirigente nos planos da economia, da política, da ciência, da cultura. Estamos presos a uma visão de túnel acerca de nosso papel no mundo globalizado, que deve ser examinado com urgência e energia. A nossa visão do “Brasil brasileiro” está fortemente desfocada, tornou-se reflexa de outras visões, por nossa tibieza; essa visão identitária passa a ser *vicária*, substituta de nós mesmos: vemos o Brasil pelos olhos da inteligência estrangeira, dos centros reitores da civilização globalizada, ao mesmo tempo em que destruímos as fontes de renovação da própria inteligência autóctone, brasileira. Isso é auto-destrutivo, pois torna a nossa elite desnecessária, desinteligente até as raízes de uma perversa ingenuidade em face de sua herança cultural. Não sabemos sequer preservar essa herança sem a orientação externa, de consultores, investidores e intelectuais globais. Daí se segue que essa

inteligência estrangeira tem um conceito bem apropriado de nossa elite contraditória e desinteligente: há um significativo patrimônio cultural de um “Brasil brasileiro” a ser preservado dessa elite auto-destrutiva e auto-indulgente. Mas não seremos “salvos” por nossos amigos *extra-nacionais*. O equilíbrio dinâmico entre a informação que absorvemos e a informação que produzimos deve, necessariamente, ser atingido e mantido por nós mesmos – ainda temos recursos e oportunidades para atingir esse objetivo na área da arquitetura e do urbanismo.

O PARADIGMA DE BRASÍLIA, SOB NOVA DIREÇÃO (1985-2010)

Brasília não pode ser tomada como representativa da situação nacional, seja em termos demográficos, de distribuição de renda, de política territorial, ou mesmo de produção arquitetônica. As carreiras de grandes arquitetos brasileiros parecem ter “pontos de deflexão” em Brasília, como Jaime Lerner, a partir de 2006, e mesmo para o Oscar Niemeyer pós-1985. Dentre todos os sérios incidentes arquiteturais e urbanísticos ocorridos na Capital do País ao longo do período da retomada democrática, com sérios e extensivos crimes contra o ambiente do Planalto Central, a legalidade da ordem territorial, foram as realizações de Oscar Niemeyer que despertaram a mais profunda ira da Academia local. Essa reação enviesadamente focada numa personalidade, ou num jogo político caricatural, mostra a notável perda da bem delineada racionalidade política que caracterizava a Academia local antes de 1985. Brasília, compreensivelmente, tem mais vieses a serem considerados, sobretudo se consideramos os impactos e deflexões que a presença do centro de decisões do País implica, numa cidade que ainda atravessa um período de intenso crescimento e diversificação de sua própria comunidade política local. O fato de ter sua criação e desenvolvimento associado à extensiva propriedade estatal do solo, assim como de ter a maior parte de seu mercado de empregos associado direta ou indiretamente às funções estatais, até hoje, faz com que a cidade ainda tenha uma inusitada cidadania, com uma visão identitária repleta de paradoxos (GUNTHER & BARRETO, 2002). O que isso teria a ver com a formulação de teorias vicárias?

NAS MEIAS-HISTÓRIAS DAS CIDADES, AS MAIS PERVERSAS TEORIAS VICÁRIAS

De certo ponto de vista, a Capital do Brasil é cidade brasileira com uma crucial necessidade de teorias urbanas *ad hoc*, voltadas para a elucidação de seu próprio processo de evolução urbana. Certamente esse é um paradoxo comum às cidades planejadas: “escrever sua história” pode ser antagônico com a melhor parte de seu experimento - ou pior que isso, se nem a crítica histórica é esclarecedora de suas mudanças, da própria evolução urbana. A história oficial de Brasília é uma coleção fragmentada de realizações individuais, descontextualizadas até um limite de irrealidade. Os nossos historiadores profissionais não podem se dar ao luxo de serem irrelevantes. A história de nossas cidades, especialmente aquelas cidades planejadas, não deveria ser uma tarefa diletante, ou pernóstica, distanciada dos problemas urbanos que afligem a população. No caso de Brasília, seguimos o modelo de uma história devotada às realizações de grandes nomes do aparelho de Estado, especialmente nos escassos escritos dedicados ao período de redemocratização da Capital e do País, um período onde ocorre a mais importante, longa e consistente seqüência de quebra do ordenamento territorial planejado (1988-2006). Esse modelo revelou-se totalmente inadequado, alienando-se quase que completamente dos fenômenos que exigiam a presença do pensamento crítico dos historiadores urbanos.

TEORIAS VICÁRIAS: FRAGMENTAÇÃO DA MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE VERDADES CONVENIENTES

O vicariato do olhar sobre a história recente de Brasília é desconcertante: usa-se o “olhar consagrado” da crítica estrangeira dos anos 1960 até os dias de hoje, de forma acrítica, fragmentária, alimentando um fabulário desconexo com respeito à evolução urbana da cidade. A falta de nexos entre as políticas públicas e a realidade urbana, no caso de Brasília, passou a ser um recurso administrado pela sucessão de governos, desde a autonomia política do Distrito Federal. A “história de Brasília” A história das cidades é um importante recurso de empoderamento de suas comunidades,

O vicariato, no caso, não é o “abismo” o discurso dos acadêmicos e estudiosos e a realidade; o vicariato é o conjunto de argumentos com que se tenta “preencher” o abismo, de forma escapista, alienada. Falaremos desse escapismo adiante, quando examinarmos o uso das teorias do *Urban Design* para justificar coisas piores: o afastamento de abordagens multidisciplinares e a alienação do debate das políticas públicas, no caso de Brasília, cidade prototípica (GÜNTHER & ROZENSTRATEN, 1993).

O VICARIATO DO DESENHO URBANO

O fato de ter nascido de um projeto urbanístico extremamente auto-consciente de suas qualidades ecológicas (especialmente da relação entre a *urbs* e o *boukolos*, entre a cidade e o ambiente natural modelado

pelo projeto) torna Brasília uma cidade que parece resistir ao instrumental “tradicional”, sedentário e altaneiro da crítica urbana. Essa dissonância é notável até os dias de hoje: nenhum teórico consegue passar, em sua análise da cidade, do dia de sua fundação, 21 de abril de 1960. No dia da fundação da cidade, acaba a sua história, pelo menos para destacados historiadores e analistas (BRUAND, 1981; FICHER & ACAYABA, 1982; HOLSTON, 1993; SEGAWA, 1999). Essa dissonância se torna notável com a redemocratização da cidade e do País: os estudiosos estavam despreparados para o que aconteceu nos anos seguintes, quando ocorre a autonomia política do Distrito Federal (1990), a série de Planos Diretores de Ordenamento Territorial (1993, 1997 e 2009), e a extraordinária seqüência de episódios de quebra da legalidade na ocupação territorial ao longo da Era Roriz (governador do Distrito Federal por quatro vezes entre 1988 e 2006). Pior que o despreparo, as lideranças dos urbanistas, na academia e no plano profissional, priorizaram objetivos que aprofundaram ainda mais alienação de sua inteligência crítica com respeito aos graves problemas de gestão da cidade. É nesse ponto que entram importantes teorias vicárias, como a forma em que a ideologia do *urban design* entra em cena.

A discussão entretida por Vicente DEL RIO (1990) é suficiente para que não se tente aqui uma “condenação” do *urban design* (teimosamente traduzido como “Desenho Urbano”). As definições dessa ideologia são amplas demais para uma condenação simplista, mas todas elas têm pelo menos um inimigo em comum: as “velhas práticas” do planejamento urbano, visto como uma monstruosidade burocrática, onde os arquitetos mais conscientes da sensibilidade e responsabilidade de suas respostas aos problemas urbanos se viam tolhidos por uma multidão de profissionais francamente “estranhos” à qualidade (“ambiental”, mas evidentemente estética) dos novos lugares urbanos – ou lugares urbanos “recuperados” / “revitalizados”, etc. O burocratismo do velho planejamento urbano é continuado no burocratismo do novo desenho urbano: os ideólogos simplesmente esqueceram de dar solução às características pregnantes da organização estatal (de prefeituras, de órgãos estaduais e federais), que impunham regras de controle e simplificação de qualquer que fosse o “procedimento” de planejamento e projeto. Não é ocioso afirmar que, no caso de Brasília, as equipes burocráticas mas (mediocrementemente) multidisciplinares de planejamento urbano foram substituídas por equipes burocráticas mas (acentuadamente) monodisciplinares de desenho urbano, a partir de meados da década de 1980. Essa mudança coincide com a retomada democrática no País, e é interessante ver como se forma uma espécie de “reviravolta dos arquitetos e urbanistas”, que passam a se associar intimamente com os projetos de poder local, dos governantes eleitos do Distrito Federal, que passa a gozar de autonomia política.

DISCIPLINARY CLEANING: A IMPRESSIONANTE MONOCULTURA PROFISSIONAL E INTELECTUAL DO DESENHO URBANO CANDANGO

O desenho urbano, no caso de Brasília, não é apenas uma elegante ideologia acadêmica que se fundamenta na crítica ao planejamento urbano estatal, mas se transforma num modo de justificar uma espécie de “disciplinary cleaning” (para usar um paralelo à “ethnical cleaning”, a depuração étnica das políticas racistas). Geógrafos, economistas, advogados, historiadores, sociólogos, antropólogos, entre outros – até psicólogos, em raríssimos casos -, presentes como membros “natos” nas equipes de planejamento urbano e na academia (em especial, a Universidade de Brasília), desapareceram quase completamente das instâncias públicas de trabalho conjunto com arquitetos e urbanistas, ao longo das últimas duas últimas décadas, nos escritórios públicos de urbanismo ou nos departamentos universitários de urbanismo. Essa é uma situação comum a outras universidades brasileiras, que embarcaram no projeto da monodisciplinaridade e repetem o monólogo do “fim do planejamento urbano”, que deve merecer a nossa atenção. Inadvertidamente, o *urban design* brasileiro associou-se a um jogo político de “empoderamento” de determinados círculos de arquitetos e urbanistas, reduzindo – ou mesmo anulando - o “controle” exercido por outros olhares políticos e disciplinares, tal como ocorria até meados dos anos 1980, ainda que precariamente, nas instâncias estatais de planejamento urbano de Brasília. Se as práticas de planejamento urbano nunca foram plenamente multidisciplinares (DEL RIO, 1990), as versões do desenho urbano, como as práticas profissionais adotadas pelos escritórios públicos de urbanismo brasileiros no período de redemocratização também não exauriram as imensas possibilidades de renovação do urbanismo – como, por exemplo, através de formas participativas ou compartilhadas de gestão urbana, ainda inéditas na experiência brasileira.

O desenho urbano, como ideologia e prática profissional, tem representado uma forma de retrocesso em várias direções, especialmente com respeito aos conhecimentos que podem subsidiar políticas públicas de sustentabilidade ambiental urbana e natural. Uma prova disso é que os sucessivos Planos Diretores de

Ordenamento Territorial (PDOTs) do Distrito Federal (1993, 1997 e 2009) desrespeitam frontalmente a própria Lei Orgânica do Distrito Federal (1993), na *totalidade* de seus artigos relacionados aos estudos de impacto ambiental no âmbito dessa unidade da Federação. Legalmente, no Distrito Federal, não deveria haver qualquer padrão de expansão urbana sem o zoneamento ambiental e a acumulação de evidências quanto aos efeitos dos vastos danos já ocorridos, e continuados. Assim como na academia, os urbanistas a serviço público se isolaram notavelmente, e teorias vicárias passaram a preencher o espaço vazio criado pelas outras, importantes, áreas disciplinares “desaparecidas”. Inautênticas, as teorias acerca do ordenamento territorial, dos modelos de atividades, de circulação, de avaliação do desempenho urbano presentes nos PDOTs, formam uma mixórdia que reúne cada *dictum* de diplomas legais, que são arrolados de forma a “suprir” os estudos que não são realizados, sobre os fenômenos urbanos que deveriam ser compreendidos. Sem o conhecimento que fundamenta a discussão sobre a questão urbana, temos uma geração de políticas públicas francamente falaciosas, mas sem sutilezas. A redução das políticas urbanas à gestão de políticas imobiliárias, no Distrito Federal, é traço característico do período de redemocratização (BARRETO, 2008). Essa redução ocorre em um ambiente político e intelectual de grande simplificação das questões envolvidas, especialmente as graves implicações dos impactos ambientais decorrentes das contradições entre as ecologias urbanas e as ecologias naturais.

UM NOVO PATAMAR PARA AS TEORIAS VICÁRIAS: A ARQUITETURA COMO “ÁREA CIENTÍFICA”

Essa inautenticidade é estreitamente associada ao esvaziamento de nexos multidisciplinares na própria academia. A paulatina retirada de professores e pesquisadores (como foi dito: “geógrafos, economistas, advogados, historiadores, sociólogos, antropólogos, entre outros – até psicólogos, em raríssimos casos”) dos programas de pós-graduação e mesmo dos cursos de graduação é associada: (a) à drástica redução de disciplinas obrigatórias que envolvam outras visões universitárias, profissionais, com o relativo isolamento dos alunos de graduação e de pós-graduação nos programas da área de arquitetura e urbanismo; (b) ao magistério de disciplinas que possuem “potencial” conteúdo multidisciplinar, de forma significativa (como disciplinas que contenham em seus títulos e ementas as palavras-chave de áreas como a geografia, a economia, o direito, a história, a sociologia, a antropologia, a psicologia, entre outras), mas que são desenvolvidas na “ausência” de nossos colegas de outras áreas do conhecimento, com mínima colaboração e desenvolvimentos que exemplifiquem a ampliação dessa colaboração.

A academia do *urban design*, na versão brasileira, é esvaziada de outras disciplinaridades. Ao mesmo tempo, requer para a arquitetura um status de ciência. Essa é uma estranha reivindicação, se considerarmos os antecedentes intelectuais do *urban design*. A arquitetura não é uma ciência, e essa recente tentativa de reinvenção do seu status disciplinar é concebida em ambiente acadêmico que cultivou um crescente isolamento da prática profissional da arquitetura e da discussão das políticas públicas urbanas. Nesse sentido, a pretensão do status científico para a arquitetura revela a inversão da prática profissional, que leva a teorias sem validade ecológica maior que a do grupo acadêmico, sem autoridade sobre a produção arquitetônica que acontece no mundo em sua volta.

BRASÍLIA: A TRUCULÊNCIA IMOBILIÁRIA FACILITADA POR INTELECTUAIS OMISSOS

Notavelmente, no Concurso Nacional de Idéias e Estudos Preliminares de Arquitetura e Urbanismo para Revitalização das Vias W-3 Sul e Norte, em Brasília, Distrito Federal, realizado em 2002 (Governo do DF / IAB-DF), uma proposta verdadeiramente interdisciplinar, feita pela equipe do Laboratório de Psicologia Ambiental (LPA/UnB) foi escolhida dentre 27 outras proposições. A reação da academia e do escritório de urbanismo do governo local foi a pior possível, tudo fazendo para desqualificar a proposta de urbanismo “dos psicólogos”, ainda que orientador por um coordenador arquiteto. Além de NÃO propor uma revitalização fundamentada em edificações e embelezamento de fachadas e dos elementos físicos acessórios, a equipe do LPA/UnB propunha uma abordagem de “empoderamento” comunitário e de estímulos à formação de um amplo e complexo corredor cultural (com 12 quilômetros de extensão), de forma associada a um modelo local de gestão de todo o processo de revitalização (BARRETO e colegas, 2002). O intenso trabalho de desmoralização do concurso teve seu ápice em 2006, quando a governadora-em-exercício Maria Abadia fez sua última declaração de governo dedicada ao modo como “a proposta vencedora do Concurso da via W-3 desrespeitava profundamente a preservação de Brasília, Patrimônio da Humanidade” – quando era a única

proposta a NÃO propor novas morfologias ou alterações físicas intensas. Essa declaração é significativamente representativa do uso ambíguo de conceitos como o do “tombamento”, das “escalas urbanas” propostas por Lúcio Costa, de “revitalização” e até mesmo do sentido de “concursos profissionais” têm, no processo altamente instável de formulação de políticas públicas urbanas na Capital Federal.

Os mascaramentos, as inversões, as omissões intensamente trabalhadas pelos governos brasileiros têm recebido, de forma direta ou indireta, o aval da academia dos arquitetos e de suas entidades associativas, a partir da década de 1990. A “advocacia urbana” que caracterizava a ação conjunta da academia e das entidades desde os anos 1970, mudou de sinal, sofreu uma inversão, com o advento da autonomia política, da ascensão de populistas ao poder local e de outros importantes fatores, como a deletéria ascensão do “desenho urbano”, na versão brasileira. Essa versão foi especialmente destrutiva dos círculos de estudos e debates das políticas públicas a partir da anteriormente influente academia dos arquitetos. Sem referências críticas, num período de notáveis recuos dos pensadores mais críticos e dos círculos de estudos mais estruturados, as políticas de expansão urbana do Distrito Federal no período 1985 aos dias atuais são marcadas pela prevalência da ocupação irregular do solo, por grilagens (apoderamento de terras públicas ou privadas, pela força) em massa, e pela ocupação do próprio aparelho de Estado por grandes incorporadores imobiliários e representantes do poder fundiário. A desertificação do debate público tem sido ainda mais aprofundada pela emergência de um novo ambiente acadêmico, caracterizado pela formalidade da titulação doutoral, de forma totalmente apartada da história de participação dos arquitetos na evolução da cidade.

OS DOUTORES-ARQUITETOS SUBSTITUEM OS VELHOS PRATICANTES

Nunca tivemos tantos doutores em arquitetura, doutores arquitetos concentrados nas academias: a partir desta primeira década do século 21, a presença de professores com doutorado, nas escolas brasileiras de arquitetura tem se tornado paulatinamente majoritária. Uma impressionante e silenciosa – muito mais silenciosa e introspectiva do que é de esperar – revolução ocorre em nossas escolas de arquitetura, com a significativa qualificação formal dos professores arquitetos. Essa revolução é dada pela mudança radical nos valores que presidem a seleção de professores, e a sua conduta com relação aos problemas tradicionais colocados aos arquitetos, todos eles calcados nos problemas da prática profissional. Há um “antes” e um “depois” a serem considerados no novo perfil dos professores de nossas escolas de arquitetura.

- “Antes” (isto é, digamos, até a década de 1990), os professores eram essencialmente profissionais liberais, que pertenciam às “sociedades locais de arquitetos”, e não tinham maior pretensão de produção acadêmica que sua participação em concursos públicos de arquitetura e urbanismo, e nos eventos locais e nacionais dos arquitetos, sempre com olhos em suas próprias práticas profissionais; sua maior titulação era a graduação em Arquitetura e Urbanismo, e os poucos professores titulados eram vistos com alguma estranheza – e mesmo ironia, pois o título formal dificilmente era acompanhado da reputação de “bom arquiteto”, profissional praticante e influente no cenário da produção (local, para dizer o mínimo) de projetos;
- “Depois” (isto é, a partir da década de 1990), o número de professores em regime de dedicação exclusiva e com títulos acadêmicos formais, de “pós-graduação” (o título de “mestre”, o título de “doutor”), passa a crescer significativamente; até meados da década de 2010 provavelmente teremos que todos os professores de arquitetura em nossas escolas oficiais serão “doutores” – e isso significa a mais completa e importante transformação no perfil dos “formadores” de arquitetos, cujos projetos de formação devem ser objeto de nossa urgente discussão.

O passado, ou a “era anterior a 1990”, de professores “não-titulados”, que eram “meros arquitetos de prancheta”, não se repetirá, com certeza absoluta. Interessa investigar como a primeira geração de doutores, no amplo painel da academia brasileira, reagirá em face das regras de sobrevivência acadêmica e do próprio treinamento acadêmico – restritivo, repleto de critérios de mérito e produtividade que, necessariamente, pouco ou nada têm a ver com a produção material da cidade e com os valores tradicionais da prática profissional da arquitetura. Isso é verdade, ou não passa de uma provocação “anti-intelectual”? Devemos iniciar a avaliação da contribuição que essa nova geração de profissionais e professores já começa a fazer à prática profissional da arquitetura, por um lado, e à qualidade do ambiente urbano criado por esse estamento de líderes

intelectuais. Os valores profissionais tradicionais são (ou eram) associados à qualidade das obras de arquitetura, ao “fazer arquitetura”, em práticas emuladas por teorias de grande simplicidade, sempre menos importantes que a admiração gerada por obras consideradas excelentes, respeitáveis. A Arquitetura é uma Arte, e o problema teórico da Arte parece ser o de não ter sido possível produzir uma teoria que nos ensine a criar, em fluxo contínuo, obras realmente relevantes, com valores artísticos seguramente partilhados pela sociedade dos artistas e pelo público.

A NASCENTE TRADIÇÃO DO DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA – SIGNIFICA MESMO... O QUÊ?

Se contrastarmos os “nossos doutores arquitetos”, que irão brilhar na próxima década de 2010, com os “doutores de outras áreas”, especialmente das áreas científicas propriamente ditas, temos que uma nova casta de burocratas do ensino dominará o cenário das políticas profissionais no médio prazo, provocativamente distanciados de um projeto de pesquisa científica “doutoral”, como interessa à tradição dos cientistas *strictu sensu*. Interessa entender que os currículos de formação dos arquitetos, os currículos oficiais de nossas escolas, são estabelecidos por essa casta de burocratas do ensino, profissionais com pouca ou nenhuma prática profissional da arquitetura e do urbanismo, de um lado, e com escassa formação como pedagogos, sem treinamento científico na pesquisa em educação. Esse é o aproximado perfil que pode ser previsto para as famosas comissões de especialistas do ensino de arquitetura e urbanismo, que emitem, de tempos em tempos, boletins (Portarias Ministeriais) de recomendações que mais transtornam e desorientam as escolas do que efetivamente as orientam, pois não são fundamentados em análises sistemáticas da situação do ensino, publicadas e discutidas de forma ampla com os profissionais – aqueles que efetivamente produzem a arquitetura dos arquitetos – e com os professores – aqueles que formam os arquitetos que produzirão a arquitetura dos arquitetos.

Em menos de uma geração (até 2020, digamos), a transformação estará completa. Já é mais que tempo de discutir esse novo perfil, suas demandas, e “o que ganhamos e o que perdemos”. Não há como voltar atrás. Imaginemos esse exército de doutores, sem precedentes, com a tarefa de gerar teorias por todas suas vidas úteis, obrigados profissionalmente a publicar artigos e “descobertas” relevantes acerca de uma produção arquitetônica da qual não têm tempo de participar. Numa discussão recente, em reunião oficial de professores doutores, concluiu-se que a produção artística de um deles valeria “5 pontos” numa escala de 120 pontos, ao passo que um artigo “científico” (talvez pelo uso consciencioso de regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas) sobre essa mesma produção valeria “20 pontos”.

Essas valorações mostram o lado risível da cultura de imitação que há na adoção ou imitação dos rituais doutorais em uma área que ainda não completou o seu primeiro século de aventura no espaço público de nossas sociedades urbanas, como área de atividade que se propunha, desde o modernismo, a interferir no próprio projeto civilizatório que envolve o industrialismo e a integração global dos povos. Essa perspectiva grandiosa pareceria, até recentemente, bem ridícula - aos quase 80 anos da Carta de Atenas. Mas é exatamente essa a perspectiva retomada pela ainda-não-muito influente UIA (Union Internationale des Architects), ou pelas influentes associações profissionais britânica e norte-americana R.I.B.A. e A.I.A. A Carta de Princípios U.I.A./UNESCO Para a Educação dos Arquitetos (edição revisada, 2005) coloca, em seu primeiro parágrafo, que:

Nós, os arquitetos, preocupados com o desenvolvimento qualitativo futuro do ambiente construído em um mundo que se transforma com rapidez, acreditamos que a arquitetura envolve tudo o que influencia o modo como o ambiente construído é planejado, projetado, produzido, usado, mobiliado, criado como paisagem, e mantido. Nós nos sentimos responsáveis pelo aprimoramento da educação e habilitação dos futuros arquitetos, de forma a capacitá-los a responder às expectativas das sociedades do 21º Século, em todo o mundo, por habitats humanos sustentáveis no contexto de cada herança cultural existente.

Esse bem lavrado parágrafo é revelador: estamos “preocupados” e nos “sentimos responsáveis”, mas o tom é passivo. Não nos cabe a ação, mas algum tipo de consternação. A arquitetura é ampla, fenomenal, e de algum modo seus praticantes deveriam ser mais respeitados. A leitura é pessimista: não nos sentimos com autoridade para cumprir esse mandato de amplidão. Talvez nos detalhes possamos perceber melhor onde

temos nos perdido, arquitetos. Um discurso acadêmico e chauvinista também não resolve o problema da auto-imagem, pois ela deve corresponder à realidade.

AS TEORIAS DA NOVA DEPARTAMENTALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ARQUITETURA

Uma parte crescente dos arquitetos presta serviços de educação, formando outros arquitetos. Honestamente, isso não é “fazer arquitetura”, nem de longe: isso é “fazer mais arquitetos” e, por vezes, viciosamente. A crise da inteligência acadêmica é dada pela reorganização curricular e dos departamentos universitários de parte das escolas de arquitetura e urbanismo. Ao longo dos anos 1980 e 1990, as escolas brasileiras de arquitetura foram varridas por uma série de mudanças que incidiram sobre (a) sua organização curricular, e (b) sua organização departamental. As chances de confusão, nesse processo, foram ampliadas pelo modo independente com que essas duas instâncias de reorganização das escolas foram operadas. A reorganização curricular, a cargo de uma comissão de especialistas no ensino de arquitetura e urbanismo, do

Ministério da Educação, empreendeu uma discussão desarticulada, sem base em avaliações conhecidas, que utilizassem técnicas da pedagogia do ensino superior, ou com qualquer outra abordagem pertinente e publicada, em seu diagnóstico do quadro curricular vigente nas escolas de arquitetura brasileiras, em meados dos anos 1990. Uma série de novas disciplinas deveria ser criada nas escolas de arquitetura, algumas delas de prioridade duvidosa, com a que se relaciona com técnicas “retrospectivas”, ou de inserção de estudos topográficos de forma não relacionada ao ensino de projeto de arquitetura. Efetivamente, seria o ensino de projeto de arquitetura e urbanismo o ponto mais crítico da atual organização curricular, mas nenhuma questão relevante sobre esse ponto foi entretida pelos especialistas em ensino de arquitetura e urbanismo: somente disciplinas acessórias foram recomendadas, em especial. Essa falta de foco apenas reflete o modo diletante, teoricamente inconsistente, com que a questão do ensino de arquitetura vem sendo tratada, num momento de intensa transformação da sociedade brasileira e mundial, e da própria prática profissional da arquitetura, que tornou-se fortemente dependente do uso de computadores.

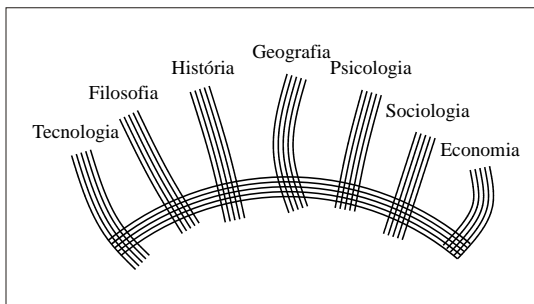


Fig.4 - O projeto de formação profissional de arquitetos e urbanistas não é consistentemente multidisciplinar devido à importante teoria vicária de que somos uma “área científica”: verdade ou mentira? Paradoxo ou o quê? (Ilustração do Autor).

A mini-reforma curricular dos anos 1990, assim, evitou questões centrais, e criou, inadvertidamente, uma situação de “atraso” para parte das escolas de arquitetura, se considerarmos que a liderança dos especialistas poderia (e ainda pode) criar um processo de mudanças mais constantes e mais freqüentes, se considerarmos as sucessivas “ondas” de software e hardware que já ocorreram desde os anos 1990, revolucionando silenciosamente os ateliês, invalidando os velhos padrões de representação gráfica, mudando tudo, desde a geometria descritiva até o trabalho em equipes (que agora podem ser instantaneamente *globalizadas*).

Simultaneamente, uma estranha forma de reorganizar a inserção das escolas de arquitetura nas grandes universidades entrou em vigência, dessa vez sem a intromissão da comissão de especialistas em ensino de arquitetura e urbanismo: os “velhos” departamentos de Arquitetura e Urbanismo foram substituídos por “modernos” departamentos de Projeto, Representação, Tecnologia, Teoria e História, etc., numa departamentalização “tematizada”, que desarticulou a velha e eficiente estrutura “aplicativa”, que enfatiza os campos de aplicação propriamente ditos. Somente uma profunda ignorância acerca da natureza da própria arquitetura e urbanismo (se concordarmos com pensadores como Gregotti, Venturi, ou mesmo Alexander) poderia justificar essa tremendamente equivocada ordem de mudanças. Ainda há tempo suficiente para eliminar essa nefasta forma de “organizar” os departamentos nas nossas escolas de arquitetura. Seus efeitos já se fazem sentir na qualidade do ensino de arquitetura, pois, em especial, os departamentos se tornam enclaves

desarticulados da ancestral e fundamental integridade aplicativa da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo, do Planejamento Urbano, ou mesmo do Desenho Urbano, em versões mais inclusivas e menos pedantes. Essas deveriam ser as denominações que traduzem a mais adequada inserção acadêmica de uma escola de arquitetura e urbanismo: por aplicação, pois a Arquitetura não é uma tecnologia. É uma Arte. Arquitetura não é ciência. É uma Arte. A Arquitetura consome enormes “quantidades” de tecnologia e ciência, mas é suficiente ter a “película” de Arte que a define para não ter a natureza da ciência ou da tecnologia.

TECNOLOGIA EM ARQUITETURA = ENGENHARIA CIVIL?

A justificação dos departamentos de tecnologia, em especial, é a que parece ser a mais problemática – e danosa (BARRETO, 1999). Efetivamente, a Arquitetura, como Arte associada à Edificação, usa intensamente uma enorme variedade de tecnologias da construção, mas também do condicionamento ambiental, das comunicações, da geração, transmissão e armazenamento de energia, entre outras. A teoria vicária que explica a criação e permanência dos departamentos de tecnologia nas escolas de arquitetura deve ser cuidadosamente examinada. Uma primeira evidência é de que essas teorias tentam, enviesadamente, restringir as tecnologias ao “feixe” de tecnologias sob o domínio (previsto em legislação, e fielmente obedecido) da Engenharia Civil. É espantosa a sinonímia desenvolvida por essa explicação dos departamentos de tecnologia: Engenharia Civil = Tecnologia. Isso é um absurdo. Há algumas dezenas (dizem que centenas) de outras engenharias e tecnologias a considerar, todas importantes para o projeto do habitat humano. Na verdade, os departamentos de tecnologia dentro de escolas de arquitetura são o que se pode denominar departamentos de “sub-engenharia civil”, pois nem de perto são tão completos quanto os “originais”, mas não passam de cópias inconsistentes, bolsões de abrigo de professores engenheiros que, outrora, tinham mais dignidade quando eram nossos parceiros nos departamentos aplicativos, que os demandavam da forma correta, e não da “forma vicária”.

TECNOLOGIA EM ARQUITETURA: E AS OUTRAS “LOGIAS”?

Outro aspecto notável dessa teoria oculta na departamentalização “temática” de escolas de arquitetura é a omissão pura e simples da natureza da “tecnologia” como uma ciência – é o *estudo das técnicas*, entre outros significados. Essa área de estudos está relacionada à formação do arquiteto, mas – e se nos perguntamos por todas as técnicas que nos interessam (envolvendo construção, instalações e equipamentos elétricos, mecânicos, eletrônicos, de condicionamento do ar, etc.) o que realmente esses departamentos estudam? Seu espectro de estudos é notavelmente reduzido, e questiona-se sua eficiência quanto a “ensinar tecnologia” de forma apartada do ensino de projeto arquitetônico. A principal diferença entre a departamentalização “por área de aplicação” (Arquitetura, Urbanismo, Paisagismo, etc.) e a departamentalização “temática” (Teoria, Projeto, Tecnologia, Desenho, etc.) é essa: os ateliês de projeto arquitetônico – assim como os demais ateliês, aplicativos por excelência – devem ter professores-engenheiros integrados, assim como as demais espécies de tecnólogos, humanistas, arquitetos. Isso raramente acontecia nos ateliês “pré-temáticos”, é verdade. O ideal da departamentalização “por área de aplicação” é a integração de um grande conjunto de conhecimentos e visões, amplo demais para ser ministrado por um professor só. Essa separação, “temática” por definição (*tomos*, gr., parte obtida por corte, cisão), é ambiente fértil para a entrada em cena de teorizações precárias acerca dos diversos aspectos da projeção arquitetônica, a rara presença de metodologias projetuais robustas, o uso “impressionista” – paradoxal dentro do pretenso rigor da departamentalização tematizada – de precárias rotinas de pré-dimensionamento estrutural e do uso de materiais, entre outras *vicarices*, pioradas com as eventuais reduções de carga horária das práticas de ateliê de ensino de projeto, tão respeitadas no passado “pré-tematizado”. O paradoxo da departamentalização tematizada é que ela parece buscar o aprofundamento dos conhecimentos, através de sua formalização *vicária* (isto é imitativa e substitutiva, de outras áreas disciplinares), mas acaba por produzir a separação de conhecimentos que devem, necessariamente, ser fundidos num processo único, projetual, aplicativo, diante do estudante, do aprendiz.

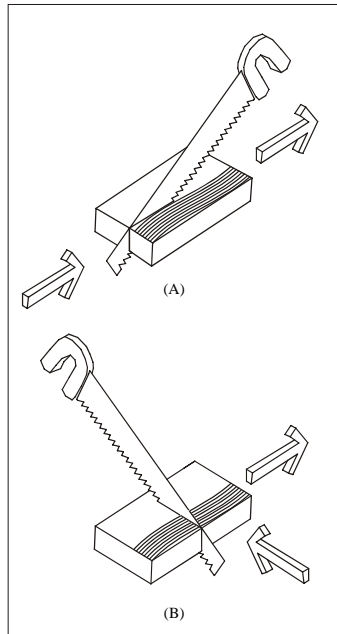


Fig.5 - Sejam os gráficos. A departamentalização “temática” é como cortar as fibras das aplicações disciplinares transversalmente (B); a departamentalização tradicional é mais eficiente, pois as “fibras aplicativas” da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo, etc., são mantidas intactas (A). (Ilustração do Autor).

Mais importante, se nos perguntarmos pelas *outras ciências* (a psicologia, a sociologia, a antropologia, a política, a economia, a história, etc.), por quê não formam *departamentos* nas escolas de arquitetura? A resposta é óbvia: porque o ordenamento tematizado não faz muito sentido, se é que faz algum sentido. O ordenamento tematizado é “ortogonal” ao ordenamento aplicativo. É como se uma departamentalização da arquitetura fosse uma solução de “corte de carpintaria” AO LONGO das fibras do “pranchão” disciplinar, ou ATRAVÉS das fibras. Os carpinteiros sabem que cortes assim são arriscados, produzem peças secundárias, sem valor estrutural, com imperfeições custosas de reparar. Se essa metáfora não for suficiente para ilustrar o ponto, devemos considerar que a departamentalização tematizada aprofunda ainda mais o afastamento das escolas de arquitetura das demais áreas universitárias: internamente, os departamentos “tematizados” acarretam a desarticulação da seqüência de ateliês de projeto arquitetônico, que passam a ser da responsabilidade de um só departamento (com o “tema” do Projeto e do Desenho, como se se tratasse de uma atividade técnica e passível de isolamento).

PARA BRASÍLIA, TURIM FICA MAIS PRÓXIMO QUE PLANALTINA: OU A BUSCA DA URBE VICÁRIA

A super-simplificação operada por essa departamentalização é agudamente danosa à própria compreensão da Arquitetura e do Urbanismo pelos estudantes. A integridade do campo profissional é compreendida fora da escola de arquitetura, sobretudo em estágios profissionalizantes, dentro da antiga tradição de aprendizado das profissões. Esse experimento tem conseqüências no longo prazo que começam a ser sentidos agora, uma década e meia desde sua implementação na UnB (1995); nessa situação, as escolas de arquitetura podem vir a desempenhar um lamentável papel, secundário, burocrático, frequentemente alienado quanto à ação política em seu campo de especialidade, isolando-se das situações reais de prática profissional. No caso de Brasília, a escola pública de arquitetura é um exemplo de alienação: durante os últimos cinco anos (2004-2009), quando a discussão do Terceiro Plano Diretor de Ordenamento Territorial atingiu seu ápice, gerando enorme demanda por parte da comunidade de moradores, de trabalhadores, de industriais e comerciantes, do Distrito Federal, por informações e esclarecimentos acerca das propostas governamentais, a escola pública de arquitetura dedicava-se intensivamente a realizar acordos de intercâmbio acadêmico com a cidade italiana de Turim e com os escritórios de Renzo Piano, na França e na Itália, de resultados acadêmicos pífios, inexpressivos. Ao contrário, em meio aos graves problemas urbanos, as equivocadas prioridades da principal escola pública de arquitetura foram notadas por todos os setores comunitários prejudicados pelos interesses imobiliários, hegemônicos no ordenamento territorial. Durante a primeira década no novo século, a escola de arquitetura da UnB permaneceu efetivamente alheia ao importante debate do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, numa conduta que somente pode ser compreendida em termos do bem-sucedido processo de *desertificação* intelectual promovido pela versão local do desenho urbano desde meados dos anos 1980.

Outros importantes fatores políticos, como o envolvimento da escola de arquitetura com práticas administrativas inidôneas, que a levaram à perda oficial do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, em 1998, levam ao agravamento do que parece ser uma “pequena crise local”, mas que na verdade comprometeu o próprio movimento de resistência da sociedade civil contra a corrupção da ordem territorial no Distrito Federal.

O exemplo de Brasília deve ser discutido nacionalmente, pois demonstra a conexão de domínios de atuação política e profissional que são experienciados de forma separada, alienados uns dos outros. O exemplo de Brasília mostra a crucial importância de “conectar os fatos isolados”, de convocar a inteligência dos arquitetos para a compreensão dos problemas urbanos. Nosso futuro profissional está inextricavelmente ligado ao futuro de nossas cidades; os termos desse compromisso não são retóricos, e as falhas das instituições ligadas aos arquitetos são alarmantes, no caso do Distrito Federal. Uma grande dificuldade está em considerar que as diferenças políticas “internas” à corporação dos arquitetos podem estar fatalmente ligadas ao desempenho da arquitetura como área supra-individual: há mesmo sentido em tentar recuperar esse papel “coletivo” dos arquitetos e urbanistas?

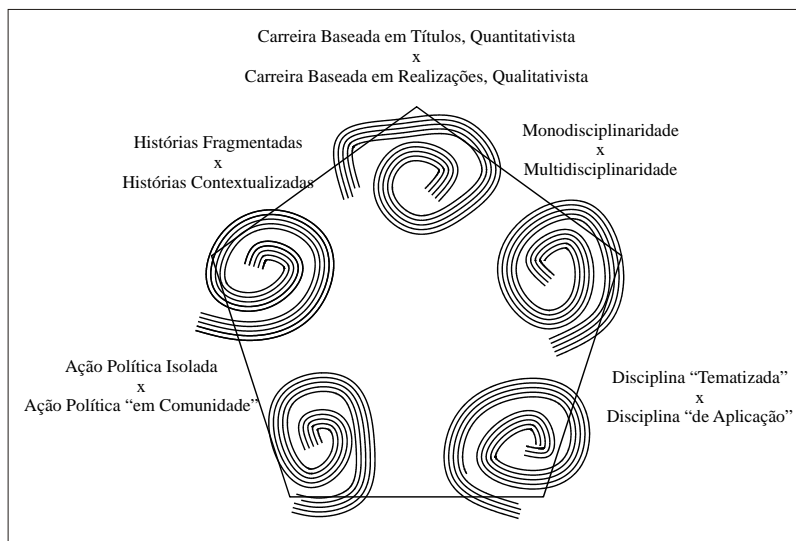


Fig.6 - A diversidade de questões da atualidade não pára de crescer e transformar-se, mas estão todas interconectadas; contudo, manter sua “separação” implica em vantagem para os grupos políticos dominantes, quanto à conservação de suas posições de poder. (Ilustração do Autor).

A PERDA DA INTEGRAÇÃO MULTIPROFISSIONAL: UMA TEORIA VICÁRIA DA AUTO-IMAGEM DOS ARQUITETOS E URBANISTAS

Como as lideranças acadêmicas e profissionais justificam a sua omissão diante das políticas públicas urbanas do Distrito Federal, exemplo impressionante do desrespeito às leis que regulam a ocupação do solo, a responsabilidade ambiental e territorial? Através de teorias vicárias, forjadas para a importante e singela tarefa do “mudar de assunto”, do “olhar para o outro lado”, ou, pior, do “isso não é da nossa conta, pois somos apenas arquitetos”. A redução do papel político dos arquitetos,

no caso de Brasília, a partir da década de 1990 é notável, pois a comunidade dos arquitetos ainda angaria grande respeito por parte da população, dos intelectuais, da mídia. Há enorme expectativa em torno do ideário, da capacidade de ação, da visão do mundo dos arquitetos, nesta cidade “projetada” por arquitetos e urbanistas, de um modo tão celebrado. Trata-se de um jogo destrutivo, que pode retratar um padrão bem mais amplo de “evitação”, de esquivar em face do celebrado papel demiúrgico que pareceu ser assumido pelos grandes mestres modernistas. Certamente esses mestres pregaram uma boa peça em todos nós, pois efetivamente não nos mostramos dispostos a lutar por esse papel – que, paradoxalmente, continua a nos atrair. A auto-imagem do arquiteto pode vir a se carregar de ideários ainda mais fortes, nascidos da introversão, num processo de geração de idéias que é essencialmente autoritário, isolacionista, auto-idealizador. As prioridades e premências de alguns geram uma série de caminhos truncados para a prática profissional e política da arquitetura e urbanismo, atingindo em cheio a cidade, abandonada por aqueles que um dia advogaram as principais bandeiras da cidadania em Brasília.

Foi do Distrito Federal que saiu, a partir de meados dos anos 1990, a versão final de separação da categoria, no plano da representação profissional conjunta, das outras profissões coligadas no famigerado “Sistema CONFEA / CREAs”. Essa saída é justificada por uma série de reveladoras explicações, que mostram que a direção do isolamento e da adoção de discursos escapistas, introvertidos, marca o rarefeito ambiente intelectual dos arquitetos da atualidade. Impressiona a força centrífuga em ação, liquidificando e

simplificando as teorias que devemos manter sobre nós mesmos – sobretudo a incapacidade de manter diálogo com nossos “parceiros profissionais”, na área da construção, dos movimentos sociais, da produção cultural, respeitadas as exceções de praxe. A saída dos arquitetos do “Sistema CONFEA / CREAs” foi puxada pelo mesmo ambiente de intolerância que expulsou pelo menos um Sindicato de Arquitetos do convívio cotidiano com um Departamento do Instituto de Arquitetos. Há uma “comunidade de valores”, há valores comuns, situados no plano oposto da cena política caracterizada pela participação dos arquitetos nas políticas públicas urbanas, pelo menos no caso de Brasília. A crítica das políticas públicas foi substituída para participação direta no jogo do poder, ao lado dos poderosos. Lideranças acadêmicas e profissionais incorporaram os novos valores, e justificam sua posição conservadora e autoritária com base em conceitos literalmente “carreiristas”, individualistas, com o uso pessoal das instituições públicas. Essa radical mudança de posição também é “explicada” pelo silêncio, pela ocultação das motivações, pela manipulação das ações “carreiristas”, individualistas, que encolhem a olhos vistos da dimensão política da área profissional e disciplinar – pelo menos no caso de Brasília. É difícil crer que o futuro será marcado por lapsos cada vez mais frequentes, de desistência da luta crítica e pública, em favor do silêncio ou de explicações escapistas, que esvaziam o palco político, e deixam as comunidades urbanas sem a “advocacia dos arquitetos”. O oposto a essa orientação pode vir a ser uma importante mudança qualitativa: a discussão das políticas públicas urbanas, a avaliação da indústria da construção, a advocacia urbana nos planos diretores, em defesa das populações vulneráveis e do equilíbrio ambiental.

CONCLUSÃO

O amplo papel público do arquiteto, como formulador de políticas urbanas, visionário projetista de soluções transformadoras das realidades opressoras, que alienam populações inteiras com respeito aos mais saborosos frutos da civilização globalizada, foi um “sonho modernista” que deve ser cultivado com seriedade. Há uma expectativa social positiva em relação aos arquitetos e urbanistas: desempenhamos um significativo papel no imaginário das populações urbanas, mas também para os políticos e gestores de nossas sociedades. Contudo, um enorme esforço de inteligência deve ser feito, sobretudo pelas lideranças políticas, acadêmicas e institucionais dos arquitetos, no sentido do debate e promoção desse amplo papel público. Temos admitido uma série de discursos “menores”, que nos colocam em situação de passividade diante de importantes transformações no mundo, na escala local, até a escala global. O arquiteto contemporâneo apresenta-se como um intimidado, em cheque, ameaçado por processos que não parece compreender, e sua reação é problemática: recusa-se a enfrentar os problemas do mundo de frente, em toda a sua envergadura política, ambiental, científica. Nossas prioridades estéticas, morais, acadêmicas, são duvidosas, pois não têm implicado em quase nenhum impacto positivo e notável sobre o debate público contemporâneo – quando as comunidades urbanas esperavam o oposto dos praticantes da arquitetura e do urbanismo. Nossas teorias vicárias acerca de nosso passado e de nossa importância já não conseguem ocultar nossa presente impotência política. Devemos iniciar o estudo dessas estranhas teorias que confabulamos para justificar nossa presente inação, é a provocação.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W., & HORKHEIMER, M. **Dialectic of enlightenment**. Londres: Allen Lane, 1973, 1947.
- ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M., JACOBSON, M., FIKSDAHL-KING, I. & ANGEL, S. **A pattern language. Towns. Buildings. Construction**. Nova York: Oxford University Press, 1977.
- BARAN, P. A. **The political economy of underdevelopment**. Manchester: Manchester School, 1952.
- BARRETO, F. F. P. Projeto Arquitetônico de Funções Complexas. Em: Luiz Alberto de Campos GOUVEA; Matheus GOROVITZ; Frederico Flósculo Pinheiro BARRETO (Orgs.). **Contribuição ao ensino de arquitetura e urbanismo**. 1 ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 1, p. 61-100, 1999.
- BARRETO, F. F. P. & cols. Texto integral da proposta do Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de Brasília para o Concurso Nacional de Idéias e Estudos Preliminares de Arquitetura e Urbanismo para a Revitalização da Via W3, Brasília, Distrito Federal. **Paranoá**, 7, 1-61, 2005. Acessado em 16 de setembro de 2008. http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2005/revitalizacao_W3.pdf.
- BOURDIEU, P. **The field of cultural production: Essays on art and literature**. Clough, Cambridge: Polity Press, 1993.

- _____. **The state nobility: Grands écoles and sprit de corps.** Clough, Cambridge: Polity Press, 1984a.
- _____. **Homo academicus.** Cambridge: Polity Press, 1984b.
- _____. Intellectual field and creative project. **Social Science Information**, 8, 2, 1966.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1981.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.
- FERRO, S. **O Canteiro e o desenho.** São Paulo: Projeto Editores Associados, 1980.
- FERRO, S., & ARANTES, P. F. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FICHER, S., & ACAYABA, M. M. **Arquitetura moderna brasileira.** São Paulo: Editora Projeto, 1982.
- FOUCAULT, M. **That is not a pipe.** University of California Press, 2008.
- GRAMSCI, A. **Selections from cultural writings.** Editores: David Forgacs e Geoffrey Novell-Smith. Londres: Lawrence & Wishart, 1985.
- GUNDER-FRANCK, A. **The world system: Five hundred years ou five thousand?** Londres: Routledge, 1995.
- GÜNTHER, H. & BARRETO, F. F. P. Psicologia Ambiental no Distrito Federal: Uma Agenda para a Pesquisa. Em PAVIANI, Aldo & GOUVÊA, L. A. C. (Orgs.), **Brasília: controvérsias ambientais** (pp. 125-156). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- GÜNTHER, H. & ROZESTRATEN R. J. A. Psicologia ambiental: Algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. **Textos do Laboratório de Psicologia Ambiental**, 2, 2, 9-14. Brasília: Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 1993.
- JACOBS, J. **The death and life of great American cities.** Nova York: Random House, 1961.
- HOLSTON, J. **A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LANG, J. **Creating architectural theory: The role of the behavioral sciences in the environmental design.** Nova York: Van Nostrand Reinhold Company Inc, 1987.
- LYNCH, K. **A theory of good urban form.** Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1981.
- RIBEIRO, D. **Os brasileiros. 1. Teoria do Brasil.** São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas.** Editora Universitária – Universidade Federal Fluminense / Projeto Editores Associados, 1988.
- _____. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SANTOS, C. N. F., VALLADARES, L. P. **Habitação em questão.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- SANTOS, C. N. F., VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** São Paulo: IBAM / FINEP, 1981.
- SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil, 1900-1990.** São Paulo; EDUSP, 1999.
- STEVENS, G. **The favored circle. The social foundations of architectural distinction.** Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2002.
- UNION INTERNATIONALE DES ARCHITECTES **Charter for architectural education** (edição revisada, 1999). Em: http://www.uia-architectes.org/image/PDF/CHARTES/CHART_ANG.pdf, acessado em 11 de junho de 2009.